



## **FAMÍLIAS DO MAUAZINHO: LEVANTAMENTO DOS ARRANJOS FAMILIARES EM UM BAIRRO POPULAR DE MANAUS**

*Fabiolla Emanuelle Silva Vilar – Graduada em Ciências Sociais/UFAM. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [fabiollaemanuelle@gmail.com](mailto:fabiollaemanuelle@gmail.com)*

---

### Resumo

A emergência de se pensar famílias de grupos populares da cidade de Manaus surge através da consulta à literatura regional ao perceber que os dados referentes a esse tema aparecem de modo genérico, não respeitando as particularidades culturais dos diversos modos de vida existentes na sociedade em questão. No intuito de ajudar a preencher essa lacuna teórica e ser um fio condutor de novas discussões, foi realizado, a partir da aplicação de questionários, um levantamento de dados por amostragem. A pesquisa foi realizada no bairro Mauazinho e teve como objetivo compreender as relações familiares dos moradores daquele bairro.

---

Palavras Chave: Arranjos Familiares. Grupos Populares. Mauazinho.

---

### Abstract

The emergence of thinking families of popular groups in the city of Manaus comes by consulting the regional literature to realize that the data for this subject appear generally, not respecting the cultural particularities of the various existing ways of life in the society in question. In order to help fill this theoretical gap and be a guiding principle of further discussion was held from the questionnaires, a sampling data collection. The survey was conducted in Mauazinho neighborhood and aimed to understand the family relationships of the residents of that neighborhood.

---

Keywords: Family Arrangements. Popular Groups. Mauazinho.

## INTRODUÇÃO

O objetivo central da pesquisa foi realizar um levantamento dos arranjos familiares do bairro Mauzinho, periferia urbana da cidade de Manaus – Estado do Amazonas, no intuito de compreender como se constituem estes arranjos, quais as suas características e particularidades. A orientação metodológica do trabalho de campo foi quantitativa e qualitativa, tendo como unidade de análise questionários aplicados através de visitas domiciliares.

Trata-se de um retorno a uma pesquisa de iniciação científica iniciada durante a graduação em Ciências Sociais na Universidade do Amazonas/UFAM. Tendo em vista preservar as informações do texto original – submetido e apresentado no XXIII Congresso de Iniciação Científica (CONIC) da UFAM no ano de 2014 – foram realizadas poucas modificações na estrutura do trabalho a fim de adequá-lo a estrutura de um artigo científico. Com isso, almeja-se, por meio deste espaço, disponibilizar a comunidade em geral os resultados alcançados no âmbito desta pesquisa, de modo a contribuir com a disseminação do conhecimento. Evidentemente, a releitura do texto após quase dois anos é desconfortável, sobretudo por que o amadurecimento de um problema de pesquisa traz consigo novas percepções sobre aquilo que outrora parecia bem resolvido. Certamente, muitas coisas escritas àquela época necessitam de revisão, tanto do ponto de vista metodológico quanto teórico, contudo, deixarei essa tarefa para outro momento, limitando este espaço a uma rerepresentação da pesquisa em questão. É necessário, porém, que o leitor considere as circunstâncias e os problemas próprios que esse momento de inserção mais prática no mundo da pesquisa acarreta.

Como toda atividade universitária, essa pesquisa só pode realizar-se em virtude do auxílio de diversas pessoas. A todas sou profundamente grata. Destaco, porém, a preciosa contribuição de Isabelle Brambilla Honorato e Maria Anelia Andrade Monte, que me ajudaram tanto na coleta de dados como na discussão dos resultados. Além delas, sou extremamente grata aos moradores do Mauzinho que tornaram tão agradáveis as tarefas realizadas na pesquisa de campo e também ao *CNPq*, pela bolsa de iniciação científica.

É, portanto, um estudo coletivo, pois é fruto, sobretudo, das discussões realizadas ao longo da pesquisa. Mas a escrita é sempre um trabalho solitário, por isso a compilação apresentada foi construída a partir de critérios estabelecidos de forma individual.

## **A ESCOLHA DO CAMPO DE PESQUISA**

A bibliografia sobre família na região Norte do Brasil ainda é incipiente e, apesar de haver estudos que pensem essa questão, geralmente ela aparece como subtema dentro de pesquisas com objetos de estudo diversos, como: educação/família, saúde/família, violência/família, trabalho/família.

Compreendendo a emergência de se alcançar dados mais pontuais sobre famílias de grupos populares da cidade de Manaus, propomos realizar um levantamento de dados por amostragem, acerca dos arranjos familiares do bairro Mauazinho, que possibilite a compreensão da estrutura destes arranjos e que respeite as particularidades culturais dos diversos modos de vida existentes na sociedade em questão. Com isso, esperamos ajudar a preencher essa lacuna teórica e ser um fio condutor de novas discussões.

Elegemos o bairro Mauazinho como lócus da pesquisa. Esta escolha se deu a partir de dois critérios. Primeiramente, estabelecemos que, se nos propomos a pensar sobre famílias de camadas populares, teríamos que partir, obviamente, dos bairros periféricos da cidade. Neste sentido, definimos que os bairros da Zona Leste de Manaus seriam os mais apropriados para realização da pesquisa, isto porque, nesta região se concentra o maior número bairros periféricos da cidade. Outro fator importante para escolha do local da pesquisa foi o número populacional. Atualmente, a Zona Leste de Manaus é composta por onze bairros, são eles: Armando Mendes (28.288), Colônia Antônio Aleixo (16.602), Coroado (51.354), Distrito Industrial II (3.899), Gilberto Mestrinho (55.347), Jorge Teixeira (112.879), Mauazinho (23.560), Puraquequara (5.856), São José Operário (66.169), Tancredo Neves (48.833) e Zumbi dos Palmares (35.159). Como o número populacional destes bairros é muito distinto um do outro, indo de 3.899 no Distrito Industrial II a 112.879 no Jorge Teixeira, optamos por um meio termo.

A população do bairro do Mauazinho se encontra em uma posição intermediária entre os demais, com total populacional de 23.560 habitantes, o que possibilitou a realização da pesquisa em um curto espaço de tempo, sem comprometer a representatividade dos resultados.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Utilizaremos como eixo metodológico da pesquisa duas categorias fundamentais para a compreensão de nosso estudo: (1) a noção de família e (2) a noção de grupos populares. A

partir da discussão dessas noções, juntamente com o tratamento dos dados colhidos a partir da pesquisa de campo, esperamos ajudar a preencher a lacuna que existe nos estudos sobre família no Estado do Amazonas, ou pelo menos ser o fio condutor de novas discussões sobre o tema. Desse modo, pretendemos responder questões como: Que família é essa que tanto se fala? Como se configuram seus arranjos familiares?

### **Noção de família**

No decorrer da história foram estabelecidas diversas teorias e paradigmas que tinham como finalidade explicar a instituição familiar e seus desdobramentos. Dentre os muitos modelos propostos, pelo menos três se destacaram e tiveram grandes repercussões. Foram eles: (1) o “modelo arcaico”, que se propagou a partir da obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (1884) de Friedrich Engels, o qual defendia, a partir de uma reconstrução histórica, o matriarcado primevo e a evolução unilinear da família humana (Fonseca, 2012), isto é, a ideia de que nas sociedades “primitivas” as mulheres tinham predominância social e política em relação aos homens; (2) Outro modelo que teve grande repercussão e que até hoje tem grande influencia é o “modelo tradicional” ou patriarcal, difundido no início dos anos de 1930 por Gilberto Freyre a partir de sua obra *Casa-Grande & Senzala* (1930). Segundo essa concepção, a dualidade senhores e escravos (dominantes e dominados) era a matriz fundante da sociedade colonial e esta lógica se estendia também ao modo de organização social e política das demais instituições brasileiras, sendo a família patriarcal um reflexo disso; (3) A partir da década de 1950, é proposto, por Talcott Parsons, o modelo de família conhecido como “moderno”, que, conforme salienta Fonseca (2012) por muito tempo parecia ter todas as respostas sobre família e esclarecia tudo sobre o mundo moderno, sendo essa concepção o fio condutor da ideia de “família nuclear” (casal monogâmico e filhos), que até hoje tem hegemonia no ideário do senso comum. Essa concepção tem sido fortemente rebatida, uma vez que, os estudos contemporâneos têm apontado que os arranjos familiares de tipo nuclear não são tão preeminentes como defendia Parsons<sup>1</sup>.

Os estudos contemporâneos sobre família seguem no intuito de desmistificar as concepções acima citadas, buscando construir uma abordagem reflexiva que não se apoie em

---

<sup>1</sup> Desenvolvo uma discussão mais detalhada sobre esses três paradigmas dos estudos sobre família no Brasil no artigo: *Os laços da família: notas muito preliminares acerca dos estudos sobre família no Brasil* (2015) publicado na Revista de Estudos e Investigações Antropológicas – REIA, disponível no link: <http://www.revista.ufpe.br/reia/index.php/reia/article/view/17>

paradigmas prontamente estabelecidos que, por sua vez, visam à cristalização de conceitos e receitas que apontem como deve ser, ou que ditem como é a instituição família. Longe disso, a literatura sobre o tema tem demonstrado que a noção família não apresenta uma definição conceitual fechada e por isso “é impossível caracterizar a família contemporânea por um conjunto coerente de termos descritivos” (Fonseca, 2004). Conforme acertadamente explica a socióloga Elisabete Dória Bilac (1997) “o termo família tem designado instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes, entre si, do ponto de vista de sua estrutura e funções”. No mesmo sentido Bilac argumenta ainda que:

A variabilidade histórica da instituição família desafia qualquer *conceito geral* de família. Ao mesmo tempo, a generalização do termo “família”, para designar instituições e grupos historicamente tão variáveis, termina por ocultar as diferenças nas relações entre a reprodução e as demais esferas da vida social (Bilac, 1997).

Considerando as proposições acima, compreendemos que a categoria família “pode ser estudada como uma noção processual, dinâmica, visto que é uma instituição cultural e, por isso, modifica-se geográfica e historicamente” (Brito, 2013). É partir dessa concepção ampla de família que orientamos nossa discussão nesta pesquisa.

### **Noção de grupos populares**

A literatura sobre família demonstra que diversas categorias são usadas para definir grupos urbanos de baixa renda no Brasil. De modo geral, os termos adotados são imperativos na construção da identidade dos grupos sociais, podendo esta personificação ser negativa ou positiva, de acordo com o enfoque que se lhe é dado. As proposições de Sarti (1995) a esse respeito levantam uma questão importante à polaridade que surge a partir dessas designações. Segunda ela:

A construção de identidades sociais se faz por contrastes e oposições, as autodefinições envolvem reiteradamente a elaboração de imagens dos *outros* que sirvam como parâmetros negativos ou positivos necessários a definição do que somos *nós*. Particularmente algumas representações sociais dos pobres como os “outros” (eles), reafirmadas pela produção acadêmica mais ou menos recente, trazem questões para a discussão da família entre os pobres urbanos (Sarti, 1995).

Apesar de Sarti empregar a categoria “pobres” como termo metodológico de análise, ela reconhece que há uma recorrência na produção acadêmica de se pensar os pobres como “os outros”, o que não é adequado, uma vez que, esse grupo e nenhum outro possui

autonomia em relação ao aparato social, ao contrário são interdependentes, apesar das diferenças econômicas promovidas pela desigualdade social presente em nossa sociedade, que embora influencie na dinâmica social desses grupos, não são os únicos fatores “determinantes” de sua cultura – nestes termos, é preciso evitar o determinismo econômico como categoria exclusiva de análise.

A discussão sobre a implicância das categorias “pobres”, “classes operárias”, “classe trabalhadora” e “proletariado” é longa e ultrapassa os propósitos deste estudo. Sendo assim, no intuito de darmos sequência com a discussão proposta, optamos por adotar o termo “grupos populares” – categoria também utilizada por Claudia Fonseca (2002) para designar grupos de baixa renda em seus estudos com famílias da periferia de Porto Alegre. Todavia, é necessário fazer algumas considerações acerca do emprego deste termo nesta pesquisa. Esclarecemos, primeiramente, que não é nosso objetivo discutir questões referentes à luta de classe – embora essa questão esteja diretamente relacionada com o tema sugerido. Muito menos, temos pretensão de cristalizar os grupos populares a partir de classificações negativas que indiquem limitações econômicas, ausências, carência ou problemas, pois a complexidade desses grupos ultrapassa explicações exclusivamente econômicas. Com isso buscamos nos afastarmos de termos pejorativos e de termos que são associados diretamente a questão da renda.

A ideia é que fuja de uma concepção estigmatizante na qual os grupos populares sejam vistos de maneira estática e passiva; ao contrário disso, procuramos, através do termo adotado, pensar esse grupo como uma categoria relacional que – mesmo propensa a restrições econômicas próprias de sua localização no corpo social – tem sua autonomia relativa em relação a ele. Ao utilizarmos o termo “grupo”, por outro lado, não temos a intenção de sugerir uma possível homogeneidade, isto seria uma mera ilusão, pois como acertadamente sugere Fonseca (1994):

[...] como qualquer outra população, esta é composta de indivíduos com trajetórias distintas que incluem, numa extremidade, ‘pequeno-burgueses’, na outra, os chamados ‘marginais’. A maioria de pessoas navegam entre estes dois extremos — vivendo uma ‘vida em *sandwich*’—, a esperança de subir na vida e o medo da decadência (Fonseca, 1994).

Em linhas gerais, ao empregarmos o termo “grupos populares” visamos nos afastar do impulso de romantizar a pobreza e/ou vitimá-la, de forma a anular sua agência. Por outro lado, pretendemos pensar esse termo como um conceito que “não implica nem homogeneidade nem isolamento dos sistemas simbólicos” (Fonseca, 2002) do universo social

do qual parte a pesquisa. É tendo esse entendimento como base que daremos continuidade a nossa discussão.

## **UNIVERSO DA PESQUISA**

Apesar de toda especificidade a cidade de Manaus tem os mesmos problemas de qualquer grande metrópole brasileira, principalmente no que diz respeito às contradições entre ricos e pobres. As diferenças entre esses grupos sociais são claras e se revelam principalmente a partir da moradia, umas totalmente precárias e inóspitas, ao lado de condomínios e residências luxuosas. Nessa conjuntura:

Manaus apresenta grande contingente populacional residindo em áreas inadequadas, igarapés, encostas, em moradias precárias e com acesso inadequado aos serviços urbanos (...). A falta ou precariedade da moradia é uma paisagem concreta e se objetiva nas ocupações às margens dos igarapés na área central e nas ocupações espontâneas na franja da cidade. A moradia nos possibilita entender as diversas relações existentes na cidade, que resultam na grande diferença socioespacial entre as várias Zonas Administrativas da cidade e nestas entre diferentes bairros e até em partes específicas de bairros (Oliveira & Costa, 2007).

O Professor José Aldemir de Oliveira (2003) em seus estudos sobre a cidade de Manaus revela que historicamente a concessão de terras para os segmentos populares sempre ocorria nas áreas menos valorizadas e mais distantes da parte central da cidade, desta forma era marcado o “lugar” de cada um na sociedade manauara. Segundo ele, a concessão de terra também nutre a ilusão de ter uma propriedade, entretanto o acesso a um lote não garante o direito à cidade, conforme os postulados de Lefebvre (1991), segundo o qual o direito à cidade se confunde com o próprio direito à vida, a uma integral cidadania de todos os habitantes da cidade, e ao uso pleno dos espaços urbanos – trata-se de um direito à vida urbana transformada e renovada. Contrariamente a isso, às pesquisas tem revelado que as moradias precárias na cidade:

[...] não são apenas manifestações das desigualdades sociais concretizadas em desigualdades socioespaciais pela falta de serviços básicos e de direitos humanos, são também sintomas de uma sociedade urbana, em que desigualdades não apenas são toleradas, como proliferam (Oliveira & Costa, 2007).

É neste cenário de constante manutenção de desigualdades que se constrói a vida urbana em Manaus. Um urbanismo acentuado de cima para baixo que propicia a constante reprodução da pobreza e da miséria em escala crescente.

## **Mauazinho: o lócus da pesquisa**

O Mauazinho é um bairro localizado na periferia de Manaus que possui cerca de 23 mil habitantes distribuídos numa área de 723.73 hectares. Este bairro surgiu a partir de uma ocupação no início da década de 80, nas proximidades do rio Mauá. Segundo levantamento histórico do *Jornal do Comércio* (2014), após ocupação a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) pressionou os moradores a saírem do local, alegando possuir a propriedade das terras ocupadas. Temendo o despejo a população procurou os meios de comunicação para reivindicar das autoridades o direito de permanecer no local. Porém, em 1984 a Suframa volta a reivindicar que os moradores desocupem o local e com auxílio da polícia inicia uma tentativa de retirada dos moradores a partir da derrubada das casas com a utilização de tratores. Ainda assim os moradores não cederam e permaneceram no local, resistindo até que em 1986 a prefeitura atendeu as reivindicações dos moradores e reconheceu a existência do bairro Mauazinho através da Lei N.º 1.840, de 8 de julho de 1986. Com isso, os moradores conquistaram alguns serviços básicos, como energia elétrica e torneiras públicas de água. Em 1986 foi construído o primeiro posto de saúde no local e em 1989 a primeira escola municipal.

Atualmente o bairro conta com quatro escolas, dentre elas três municipais e uma estadual. Apesar das conquistas dos moradores, o bairro ainda possui grandes problemas, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico, o sistema de esgoto e o serviço de limpeza pública.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada nesta pesquisa é quantitativa e qualitativa. Optamos por utilizar como instrumento de pesquisa o questionário, que embora tenha muitas limitações, permite obter um grande número de informações em um espaço de tempo relativamente curto, além de permitir abranger uma área geográfica ampla, sem a necessidade de um treinamento demorado por parte da equipe de trabalho. Acreditamos que, o questionário, apesar de muito criticado, poderia ser suporte para uma primeira aproximação com os moradores do local, possibilitando uma visão preliminar das suas condições de vida. Para desenvolvimento do questionário empregamos a técnica de Grupo Focal (GF). Esta técnica de investigação qualitativa se apoia no desenvolvimento de entrevistas grupais por meio de uma metodologia pré-definida. Morgan (1997) define Grupos Focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo

pesquisador. Na pesquisa em questão, o GF surgiu como uma técnica capaz de subsidiar noções preliminares que foram imperativas na construção do questionário.

Como no momento da construção do questionário não tínhamos estabelecido relações próximas com os moradores do bairro Mauazinho, optamos por realizar o GF com algumas funcionárias do serviço de limpeza da UFAM. Partimos da premissa que no Brasil atividades de limpeza são historicamente subalternas e pouco valorizadas, sendo assim os indivíduos que procuram esse tipo de profissão são em sua maioria oriundos de grupos populares da sociedade, que buscam essa atividade como um dos últimos recursos.

A partir da revisão literária elencamos algumas proposições básicas a serem aplicadas na discussão do GF, foram elas: papéis sociais, composição do arranjo familiar e trajetória de vida da família. Definido isto, partimos para desenvolvimento da metodologia a ser empregada. Optamos então por criar e utilizar uma história fictícia que contivesse os elementos mencionados acima de forma implícita e que despertasse o interesse das oito mulheres que aceitaram participar do GF.

A partir da revisão literária e dos resultados obtidos com a aplicação da técnica de GF desenvolvemos um questionário com vias a atingir o objetivo desta pesquisa.

Antes de passarmos para a coleta de dados, identificamos a amostra correspondente à população do bairro – que é de 23.560, conforme o *Anuário Estatístico do Estado do Amazonas*. Chegou-se, portanto, a uma amostra de 187 moradores, partindo de um erro amostral de 6% e de um nível de confiança de 90%, sendo esses valores estatisticamente aceitáveis.

Em concomitância à pesquisa de campo, construímos e alimentamos um bando de dados no intuito de facilitar a análises de recorrências, o que proporcionou uma maior rapidez na quantificação dos dados obtidos. Na sequência, nos dedicamos à sistematização e interpretação dos dados coletados. Em linhas palavras, a metodologia utilizada na pesquisa dividiu-se basicamente em quatro etapas: (1) revisão literária; (2) realização de Grupo Focal e construção do questionário; (3) inserção no campo de pesquisa e aplicação dos questionários; e (4) análise dos dados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo foi realizada no período de Fevereiro a Março de 2014 e se deu a partir da aplicação de questionário distribuídos no perímetro do bairro Mauzinho, conforme ilustração a seguir.



Figura 1 e 2 - Localização do bairro Mauzinho em Manaus  
Fonte: Google Maps

Foram entrevistadas um total de 187 pessoas (49 do sexo masculino e 138 do sexo feminino) com idade com idade mínima de 18 anos e máxima de 88 anos, todos moradores do bairro Mauzinho. A abordagem se deu de forma amistosa, com o consentimento do entrevistado, após identificação do entrevistador e esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa. A escolha dos participantes aconteceu de forma aleatória à medida que nos deslocávamos ao longo do bairro. Os dados coletados foram armazenados e na sequência foram construídos quadros e tabelas, os quais discutiremos a seguir.

O questionário foi elaborado com 12 perguntas fechadas, que giravam em torno de dois blocos de interesse: (1) características gerais, com questões referentes à origem da população, renda familiar e condição do domicílio; e (2) as demais questões referentes à configuração do arranjo familiar.

### Características gerais

Quanto às características gerais dos moradores do bairro Mauzinho, priorizou-se levantar questões baseadas em três pontos: origem da população, renda familiar e condição do domicílio.

Ao identificarmos a origem da população residente no bairro Mauzinho, constatou-se que a grande maioria dos entrevistados (54%) nasceu na cidade de Manaus, seguidos dos

nascidos no interior do Estado do Amazonas (28%) e os nascidos em outros Estados (18%), conforme indica tabela abaixo:

<b>Origem</b>	<b>Total</b>
Manaus	102
Interior	52
Pará	16
Ceará	4
Maranhão	3
Paraíba	2
Rio de Janeiro	2
Alemanha	1
Amapá	1
Pernambuco	1
Roraima	1
Tocantins	1
Acre	1
<b>TOTAL</b>	<b>187</b>

Tabela 1 - Origem dos moradores do bairro Mauazinho - Manaus/AM  
Fonte: Pesquisa de campo: Fevereiro a Março de 2014

De acordo com esses dados, fica notável a predominância da presença de migrantes oriundos do interior do Estado, o que pode representar a tendência de busca por melhores condições de vida que supostamente são oferecidas na cidade.

Apesar de aparecerem em menor grau, a presença do migrante nacional também é evidente, sobretudo nortistas e nordestinos, que em sua totalidade superam os demais estados brasileiros. Os migrantes estrangeiros, por sua vez, não representam uma parcela considerável.

<b>Renda Média Familiar</b>	<b>Total</b>
Menos de 1 Salário	13
1 Salário	92
2 Salários	45
3 Salários	17
4 Salários	4
5 Salários	2
6 Salários	1
7 Salários	1
13 Salários	1
Não Informado	11
<b>Total</b>	<b>187</b>

Tabela 2 – Renda Média Familiar dos moradores do bairro Mauazinho - Manaus/AM  
Fonte: Pesquisa de campo: Fevereiro a Março de 2014

Os dados sobre renda demonstram que mais de 2/3 da população do bairro sobrevive, em média, com menos de dois salários mínimos por família, esse número corresponde a um total de 150 famílias da amostra. Dentre elas, mais da metade possui renda média de até um salário mínimo (Gráfico 1).

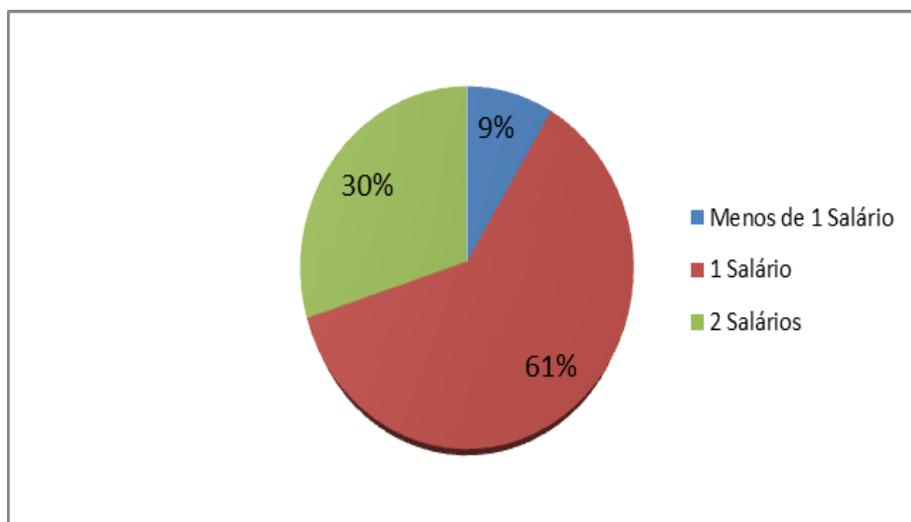


Gráfico 1 – Renda Média Familiar dos moradores - Fonte: Pesquisa de campo: Fevereiro a Março de 2014 do bairro Mauazinho.

Esses números preocupam quando relacionados com a média de moradores por domicílio que é de 4,2 (IBGE, 2010). Um percentual bastante elevado tendo em vista que em 2008 o bairro do Mauazinho já apresentava uma média acima de 3 pessoas por dormitório, o que indica uma elevada taxa de adensamento populacional, em torno de 27%. Valor alarmante, tendo em vista que “as moradias urbanas consideradas adequadas segundo a densidade de moradores seriam aquelas com no máximo 3 pessoas por dormitório. Acima desse número o domicílio seria considerado com densidade excessiva de moradores” (Nazareth, 2010).

Esses dados refletem uma realidade que se estende por todos os bairros periféricos de Manaus – principalmente os que são produto de ocupação urbana. Os indicadores de renda, densidade demográfica e moradia apenas explicitam o processo perverso de exclusão sócio espacial instaurado na cidade de Manaus, que desencadeia um crescimento desordenado da cidade e segrega os grupos menos favorecidos (Oliveira & Costa, 2007).

No gráfico abaixo podemos observar a distribuição do número de moradores por domicílio, o que nos leva a refletir sobre as condições de vida da população do bairro e a produção do espaço em bairros de ocupação em Manaus.

Pessoas	Domicilio	%
1	3	2
2	23	12
3	25	13
4	47	25
5	37	20
6	15	8
7	19	10
8	5	3
9	8	4
10	1	0,5
11	1	0,5
12	2	1
13	1	0,5
Total	187	100

Tabela 3 – Quantidade de moradores por domicílio  
Fonte: Pesquisa de campo: Fevereiro a Março de 2014

Como mostra a tabela acima, foi identificado na amostra domicílios com quantidade de pessoas variando entre 1 e 13 pessoas. Entretanto a predominância consiste respectivamente em domicílios com quatro (25%), cinco (20%) e três (13%) moradores vivendo nas mais diversas condições imagináveis, tanto no que diz respeito à organização da estrutura dos arranjos familiares – que será discutiremos mais a frente – como na condição física da moradia, sendo a maioria de alvenaria, outras de madeira e ainda as mistas, composta desses dois materiais.

Ainda sobre a questão da moradia, outro fator importante a ser discutido diz respeito à condição do domicílio. Os dados obtidos demonstram que 81% da amostra possui casa própria, 15% pagam aluguel e 4% das casas são cedidas aos moradores por parentes ou amigos próximos.

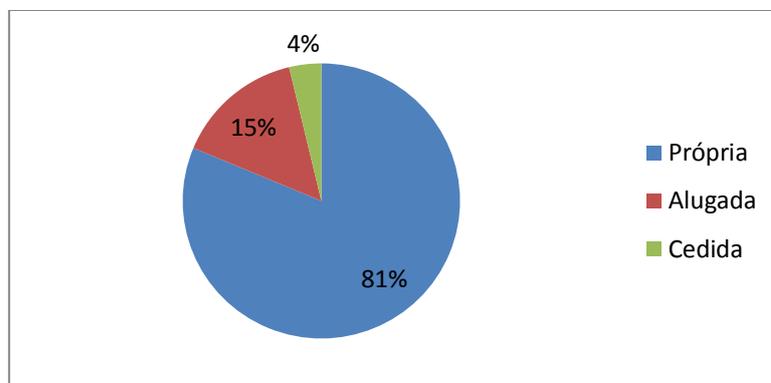


Gráfico 2 – Condição do domicílio dos moradores - Fonte: Pesquisa de campo: Fevereiro a Março de 2014 do bairro Mauazinho.

Quase meio século depois da ocupação do bairro a casa própria ainda é predominante no Mauazinho. Entretanto, a busca pelo acesso à moradia nem sempre é acompanhada de um planejamento por parte do Estado, a realidade é descabida e comprova o descaso do poder público para com os bairros periféricos da cidade, principalmente os de ocupação. Nesse sentido, os estudos de Oliveira (2007) revelam que:

[...] a falta ou precariedade da moradia é uma paisagem concreta e se objetiva nas ocupações às margens dos igarapés na área central e nas ocupações espontâneas na franja da cidade. A moradia nos possibilita entender as diversas relações existentes na cidade, que resultam na grande diferença socioespacial entre as várias Zonas Administrativas da cidade e nestas entre diferentes bairros e até em partes específicas de bairros (Oliveira, 2007).

O Mauazinho é um exemplo emblemático disso, em uma simples caminhada é fácil perceber os contrastes existentes na estrutura física do bairro, que se manifestam a partir de casebres de madeira ao lado de belas residências. Algumas ruas realmente pareciam não pertencer àquele local, mas sim à outra realidade. E talvez esse seja o caso, a convergência de várias realidades: culturais, sociais e econômicas. Isso não quer dizer estritamente que existe um encontro entre classes sociais convivendo harmoniosamente lado a lado, não é esse o caso. Entretanto, conforme acertadamente explica Fonseca (1994):

É uma ilusão imaginar que os grupos populares têm um padrão cultural homogêneo. Como qualquer outra população, esta é composta de indivíduos com trajetórias distintas que, neste caso, incluem, numa extremidade, “pequeno-burgueses”, na outra, os chamados “marginais”. A maioria de pessoas navegam entre estes dois extremos — vivendo uma “vida em *sandwich*” —, a esperança de subir na vida e o medo da decadência (Fonseca, 1994).

Ainda com relação à condição da moradia perguntou-se a quantidade de casas por terreno/quintal, no intuito de saber se existe no bairro a recorrência de aglomerados familiares (Gráfico 3).

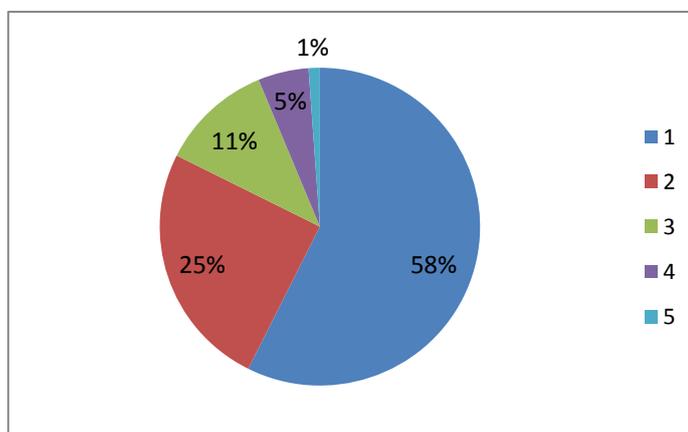


Gráfico 3 – Quantidade de casas por terreno/quintal - Fonte: Pesquisa de campo: Fevereiro a Março de 2014 do bairro Mauazinho.

Os dados afirmam que em 42% dos casos existe mais de uma casa por terreno/quintal, variando entre duas e cinco casas dividindo o mesmo espaço. Na maioria das vezes, a própria arquitetura da casa revela essa condição, geralmente encontramos uma “casa base” e a partir dela são construídos os “puxados”, que pode ser um cômodo nos fundos da casa, do lado ou até mesmo acima. Por toda extensão do bairro podemos notar os aglomerados de casas que compartilham o mesmo quintal, cerca de 4% delas, como vimos no gráfico 3 são destinadas à aluguel, as demais à familiares e amigos, o que reflete a solidariedade entre os grupos familiares.

Aqui faz-se necessário esclarecer um aspecto importante que os dados quantitativos não alcançaram, mas que foi constatado a partir da observação empírica. Este ponto diz respeito aos aglomerados de famílias existentes no bairro, a conversa com moradores evidenciou a recorrência não apenas de familiares que dividem o mesmo quintal, mas em diversos momentos foi mencionado pelos moradores a presença de familiares morando no mesmo bairro, em ruas diferentes ou na mesma rua.

### **Configuração dos arranjos familiares**

Para pensar os arranjos familiares foram questionados fatores referentes a nupcialidade e a filiação. As questões específicas sobre nupcialidade buscavam responder basicamente qual o estado civil dos participantes e a quantidade de casamentos ou uniões estáveis que estabeleceram ao longo da vida. O tema filiação, logicamente, foi acionado apenas nos casos em que o entrevistado declarou possuir filhos. Assim sendo, as questões sobre este tema indagavam se o filho (a) morava na mesma residência dos entrevistados, se algum dos filhos era adotado ou de criação e se alguém havia ajudado na criação dos filhos.

Ao todo foram registrados 25 tipos de arranjos distintos (Tabela 4). Mas na verdade esse número é bem maior, uma vez considerando que os limites da pesquisa nos impede de alcançar todos os elementos desse cenário, isto é, existem situações onde as dinâmicas familiares se modificam, podendo ocorrer esta mudança em curto espaço de tempo ou até mesmo várias vezes durante um mesmo ano.

As dinâmicas familiares são variadas, por isso é necessário que pensemos estes arranjos como processos que estão em construção permanente. Nestes termos, um mesmo grupo familiar pode no decorrer do tempo assumir diversas configurações em seu arranjo, como por exemplo, no caso de separação ou viúves uma família nuclear pode passar a ser uma

família de mãe com filhos (ou matrifocal) e depois transformar-se, a partir de um novo casamento, numa família reconstituída.

A dificuldade de nomear tipos de arranjos familiares esta no fato de que ao tentarmos enquadrar certas configurações familiares dentro de blocos pode-se suprimir justamente a multiplicidade de tipos familiares existentes.

<b>Tipo de Arranjo</b>	<b>Recorrência</b>	<b>%</b>
Casal c/filhos	69	36,9
Mãe c/filhos e netos	19	10,16
Mãe c/filhos	18	9,63
Casal c/filhos e netos	15	8,02
Casal s/filhos	15	8,02
Casal c/filhos, os cônjuges dos filhos e netos	11	5,88
Casal c/filhos e parentes	6	3,21
Mãe c/filhos, os cônjuges dos filhos e netos	6	3,21
Casal c/filhos e os cônjuges dos filhos	5	2,67
Avó c/netos	2	1,07
Casal c/filhos, os cônjuges dos filhos, netos e parentes	2	1,07
Casal c/netos	2	37
Irmãos c/filhos	2	1,07
Mãe c/filhos e os cônjuges dos filhos	2	1,07
Recomposta	2	1,07
Unipessoal Masculino	2	1,07
Casal c/filhos e agregados	1	0,53
Casal c/filhos, os cônjuges dos filhos e parentes	1	0,53
Casal c/parentes	1	0,53
Irmãos	1	0,53
Irmãos com filhos e netos	1	0,53
Irmãos e parentes	1	0,53
Mãe c/filhos e agregados	1	0,53
Mãe c/filhos e parentes	1	0,53
Unipessoal Feminino	1	0,53
<b>Total</b>	<b>187</b>	<b>100%</b>

Tabela 4 – Tipos de arranjos familiares encontrados  
Fonte: Pesquisa de campo: Fevereiro a Março de 2014

O arranjo familiar predominante no todo da amostra foi o casal com filhos (36,9%), seguido pelo de mãe com filhos e netos (10,16%), mãe com filhos (9,63%), casal com filhos e netos (8,02%), casal sem filhos (8,02), casal com filhos, os cônjuges dos filhos e netos (5,88%), casal com filhos e parentes (3,21%), mãe com filhos, os cônjuges dos filhos e netos (3,21%) e, casal com filhos e os cônjuges dos filhos (2,67%).

Entre outras coisas, a Tabela 4 indica que entra as recorrências encontradas na amostra, a presença da figura feminina é preponderante e ela finca-se no papel de mãe. Assim, constatou-se um total de 26,14% dos lares sem marido/pai fixo. À primeira vista esses resultados podem dar a falsa impressão da presença da “família matrifocal” como representativa na amostra. Todavia, a tradução desses dados deve ser feita com cuidado,

levando em consideração que estes resultados datam de um momento específico do ciclo familiar dos sujeitos entrevistados. É preciso levar em consideração ainda que, conforme aponta Fonseca (1987), em muitos casos, a não-presença masculina nestes lares pode indicar um possível período entre um relacionamento e outro, em outras situações, a presença masculina surge através de um “amante” que sustenta a mulher e sua prole, e há casos ainda em que a mulher recebe ajuda periódica do pai dos seus filhos (ou de um dos seus filhos). A questão é que:

O que predomina aqui não é a residência conjugal, mas a relação ou, ao menos, o *status* conjugal: a maioria esmagadora dessas mulheres tem um homem, tutor de seus favores sexuais e de seu potencial reprodutor; caso contrário, estão ativamente engajadas no mercado matrimonial à procura de um tal protetor (Fonseca, 1989).

Nesse sentido, na pesquisa de campo, escutávamos de algumas entrevistadas ao questionarmos quantas pessoas moravam no domicílio: “eu tenho o meu companheiro, mas ele não mora aqui comigo, ele passa aqui de vez em quando”. Esses comentários, ora dito de maneira aberta, ora dito de modo embaraçado, revelam a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre a presença masculina nos arranjos familiares, que extrapole as aparências da fotografia que se tira ao fazermos pesquisa quantitativa.

O percentual sobre a quantidade de casamentos contraídos pelos entrevistados também é significativo e merece cuidado em seu tratamento.

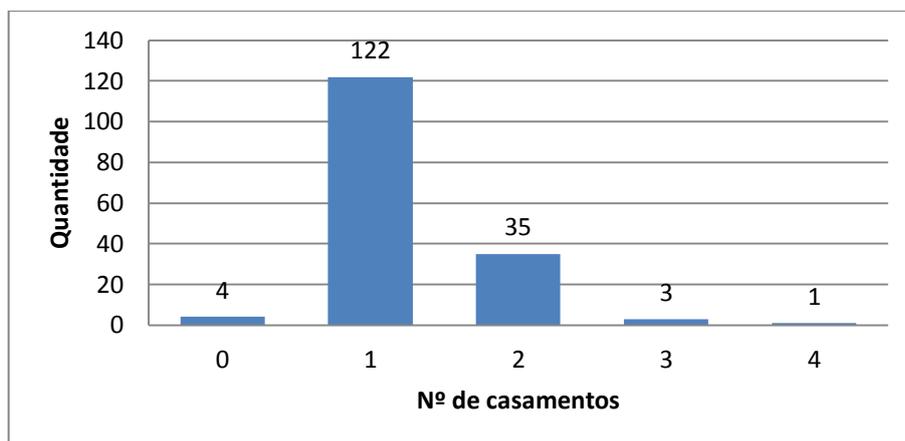


Gráfico 4 – Quantidade de casamentos por pessoa  
Fonte: Pesquisa de campo: Fevereiro a Março de 2014 do bairro Mauazinho.

Antes de prosseguir, é preciso explicar que o termo “casamento” fez referência a todas as relações de convivência conjugal, sendo isso esclarecido aos entrevistados.

Conforme os resultados obtidos (Gráfico 4) temos: os casados uma única vez que compreendem 74% da amostra, os casados duas vezes (21%), os casados três vezes (2%), os casados até quatro vezes representando apenas 1% do total, e ainda aqueles que nunca foram casados que compõem o total de 2% da amostra. Não foram registrados casos que houvessem cinco casamentos ou mais.

Como se pode notar esse grupo popular apresenta uma alta taxa de instabilidade conjugal, cerca de 24% dos entrevistados apontam já terem se separado e estabelecido outra relação conjugal pelo menos uma vez. Sem contar com aqueles que casaram apenas uma vez, mas encontram-se separados.

Se tratando de instabilidade conjugal, outro fator de extrema importância que merece menção é o fato do que vamos chamar aqui de *conjugalidades invisíveis*, ou seja, aquelas relações conjugais que passam despercebidas nos estudos demográficos e muitas vezes até mesmo nas pesquisas etnográficas, por se tratarem de questões da esfera do íntimo dos indivíduos, como é o caso da infidelidade conjugal.

A antropóloga Mirian Goldenberg (2010) ao analisar os dados demográficos apresentados por Elza Berquó<sup>2</sup> percebeu que as opções das mulheres brasileiras no mercado matrimonial são muito piores do que as dos homens, que por sua vez aumentam suas chances quando ficam mais velhos. Goldenberg fornece evidência que a frase tão exaustivamente repetida pelas brasileiras – “falta homem no mercado” – é uma realidade demográfica bastante cruel, sobretudo para as mulheres mais velhas. Assim, explica Goldenberg:

Ser amante de um homem casado poderia ser uma das soluções para as mulheres que sobram no mercado de casamento, e não um fracasso individual ou uma predisposição psicológica, como afirmam muitos. (...) A desvantagem da brasileira no mercado matrimonial é gritante. Elza Berquó mostrou que a norma social segundo a qual o homem deve se casar com uma mulher mais jovem contribui muito para a existência da pirâmide da solidão<sup>3</sup>. Ela constatou que os homens têm ampla escolha, podendo se casar com mulheres de sua idade ou mais jovens. Já as mulheres se casam com homens da mesma idade ou com outros mais velhos. Por esse tipo de escolha, à medida que elas envelhecem, suas chances de casamento diminuem. Entre os 22 milhões de casais recenseados em 1980, apenas em 9% dos casos a mulher era mais velha do que o homem. Nos demais, ela tem a mesma idade do homem ou é mais nova. Com esse quadro, as mulheres têm até os 30 anos, no máximo, chances iguais às dos homens. A partir daí, ocorre um determinismo demográfico. Os homens descasados têm mais chances de um novo casamento do que as mulheres nessa situação. Além disso, a tendência do homem separado é se casar com uma mulher ainda mais jovem do que a ex-esposa (Goldenberg, 2010).

<sup>2</sup> Para mais informações sobre a pesquisa de Berquó consultar o texto: “A família no século XXI”. In: *Ciência Hoje*, vol. 10, n.58, out.1989:58-65.

<sup>3</sup> Em outros trabalhos Berquó usa o termo pirâmide dos não-casados (1998).

Em sua análise Goldenberg (2010) sugere ainda que a “solidão, para algumas mulheres, está associada à vergonha, pois, no Brasil, ser uma mulher sem homem é sinal de fracasso. Para outras, estar só é estar desprotegida e insegura, sobretudo economicamente.” Talvez por isso, apenas uma fração muito pequena das brasileiras vivam de fato sozinhas. Nos grupos populares isso não é diferente.

Fonseca (1990) constata em sua pesquisa de campo na Vila São João, bairro popular de Porto Alegre, casos de infidelidade conjugal, nos quais a mulher surge como protagonista do adultério. Enfatizando que os dados sobre essa questão dificilmente podem ser obtidos a partir de questionários, aparecem, por seu turno, nas trocas informais entre familiares e vizinhos, na forma de piadas, fofocas e acusações.

A insistência nessa questão se dá no intuito de desmistificar a ideia de que existe uma grande representatividade de famílias matrifocais, nas quais não há presença masculina proeminente – todavia, está é apenas uma hipótese, e apenas pesquisas aprofundadas podem negá-la ou confirmá-la.

Por outro lado, a ideia de *conjugalidades invisíveis* atrelada com a noção da *infidelidade masculina* proposta por Goldenberg surge no intuito de repensarmos as trajetórias conjugais que aparentemente são tidas como monogâmicas, mas que em seu íntimo revelam relações extraconjugais. Estas desaparecem nas pesquisas quantitativas ao passo em que surgem nos estudos etnográficos de forma vaga e superficial, por serem questões difíceis de verificar. Todavia, não devem ser ignoradas.

Seja como for, nos interessa aqui inferir, com isso, que os dados obtidos através do questionário possuem limitações que são próprias desse instrumento de coleta de dados. Não queremos dizer com isso que esses dados não são relevantes, mas sim que o tratamento desses dados só ganha sentido na medida em que é construída uma avaliação qualitativa, isto é, à medida que tem a teoria como aliada.

No que cerne a filiação, 82% dos participantes declararam terem filhos vivos no momento da aplicação dos questionários, enquanto 18% disseram não terem filhos (Gráfico 5). Os dados discutidos a seguir referem-se aos 154 participantes da pesquisa que declararam possuir filhos.

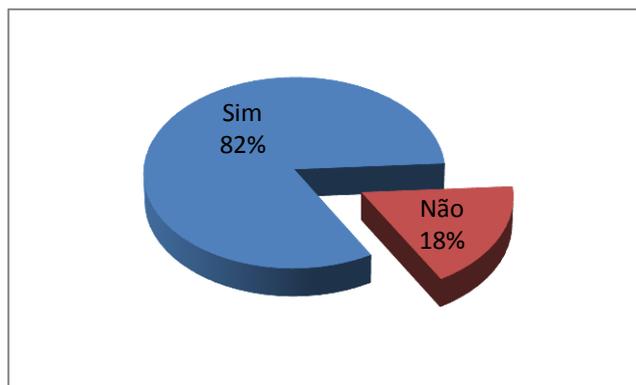


Gráfico 5 – Percentual de entrevistados que declararam possuir ou não filhos  
Fonte: Pesquisa de campo: Fevereiro a Março de 2014 do bairro Mauazinho.

As questões sobre filiação indagavam se o filho (a) morava na mesma residência dos entrevistados; se algum dos filhos era adotado ou de criação; e se alguém havia ajudado/ou ajuda na criação dos filhos.

Na sequência discutiremos os resultados alcançados, mas antes disso é preciso destacar que as questões que moveram o tema filiação visavam alcançar os laços familiares extra domiciliares, uma vez que, conforme explica Fonseca (2005), não é adequado definir a vida familiar a partir da moradia, pois isso implica numa visão parcial, por não levar em consideração que a dinâmica das relações familiares extrapola em muito a casa. Nestes termos, as questões sobre filiação foram produzidas no intuito de suprir a lacuna criada no primeiro bloco de questões, que ao indagar “quantas pessoas residem no domicílio” acaba por ocultar a existência de outros indivíduos que também pertencentes à rede familiar, mas que não compartilham o mesmo espaço doméstico.

Ainda segundo Fonseca (2005) isso decorre porque entre esse grupo o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua, sendo assim, tornam-se membros pertinentes dessa rede familiar não somente pais, mas irmãos, tios, primos, ex-sogros, compadres e até amigos, o que gera, entre outras coisas, a multiplicidade de tipos arranjos familiares – como apontado na Tabela 4.

Primeiramente foi questionado se todos os entrevistados moravam com seus respectivos filhos. Os resultados apontam respectivamente que 47% moram com todos os filhos, 43% moram com pelo menos um de seus filhos e apenas 10% não moram com nenhum dos seus filhos (Gráfico 6).

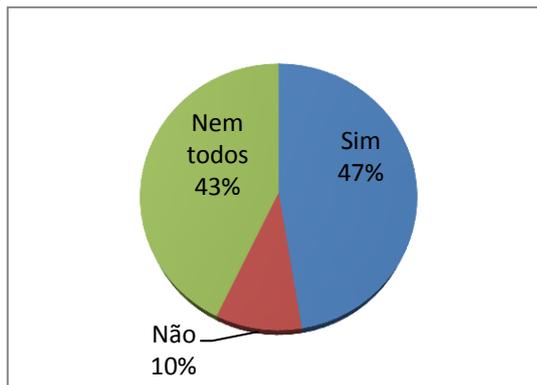


Gráfico 6 – Percentual de entrevistados que declararam habitarem com os filhos na mesma casa.  
Fonte: Pesquisa de campo: Fevereiro a Março de 2014 do bairro Mauazinho.

Esses dados devem que ser analisados com muita cautela, pois a presença ou não da prole no ambiente doméstico pode derivar de inúmeros fatores, como por exemplo na vida adulta, a saída por motivo de união conjugal. Entretanto, sobre esse aspecto a literatura tem mostrado que nos grupos populares urbanos existe recorrência de que a primeira moradia do novo casal é no terreno da casa de um dos pais. Por outro lado, em outras circunstâncias, os pais muitas vezes podem colocar os filhos numa “família substituta”, na casa de parentes próximos ou amigos, por questões diversas, como trabalho ou contração em uma nova união conjugal. Jovens tidos como problemáticos também podem ser afastados de sua moradia e encaminhados à casa de parentes (tios, primos, avós) que moram distantes no intuito de que com isso os conflitos cessem. Os motivos que ocasionam essa dispersão entre pais e prole são diversos e para chegar a resultados precisos é necessário que sejam empreendidas pesquisas específicas, capazes de mensurar de forma precisa esse dado que chega até nos de forma tão genérica. Por ora, esses resultados nos ajudam a esclarecer, embora de forma muito superficial, que as redes de parentesco se estendem além da unidade doméstica para esferas mais amplas – a prole surge, nesse panorama, como fator-chave para se pensar as dinâmicas familiares em grupos populares urbanos.

Outro ponto abordado na pesquisa foi à questão da natureza da relação de filiação. Sobre isso se formulou duas questões: (1) Primeiramente foi questionado se algum dos filhos do entrevistado é adotado ou de criação. Os termos “adoção” e “criação” foram utilizados por que segundo Fonseca (2006) o termo ‘adoção’, frequentemente empregado pelos brasileiros de classe média, não faz parte do vocabulário cotidiano nos bairros populares, conforme ela explica, esse termo sem dúvida é compreendido, mas não é utilizado espontaneamente:

A relação entre pais substitutos e seus filhos não se traduz por um substantivo. Ela se exprime por variantes do verbo “criar”: “o menino que criei”, “a mãe que me criou”. Os termos “pais de criação” ou “filhos de criação” existem, mas raramente são utilizados. A distinção é significativa, pois, linguisticamente, a ênfase é posta no vínculo mais do que no indivíduo autônomo (Fonseca, 2006).

A recorrência, apontada pela literatura, de “filhos de criação” e “pais de criação” no cotidiano de famílias de grupos populares faz desta uma questão central para se entender esses arranjos familiares. De forma complementar, indagou-se se alguém ajuda ou ajudou a criar os filhos do entrevistado. Os gráficos abaixo apresentam os resultados obtidos:

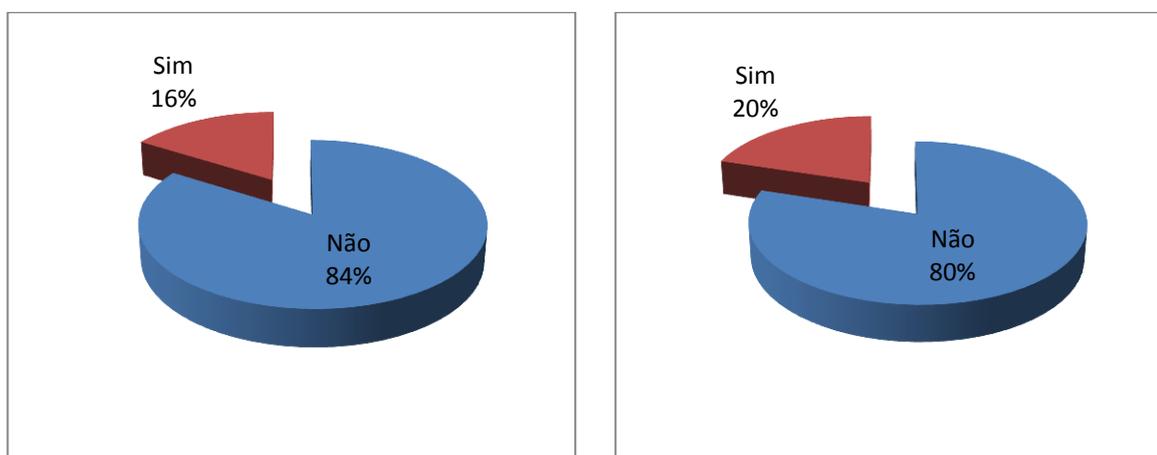


Gráfico 7 - Percentual de filhos adotados ou de criação.

Gráfico 8 - Percentual de famílias onde algum dos filhos é/foi criado em um lar substituto.

Fonte: Pesquisa de campo: Fevereiro a Março de 2014 do bairro Mauazinho.

O percentual obtido é relevante, pois indica que há recorrência de casos nos quais ao menos um dos filhos é colocado numa família substituta. Estes resultados vêm ao encontro do que aponta a literatura. Os estudos de Fonseca (1995) nos informam que em grupos populares é comum a prática da circulação de crianças, “ou seja, o grande número de crianças que passa parte da infância ou juventude em casas que não a de seus genitores” (Fonseca, 1995). Sobre isso, Fonseca explica que é “uma prática familiar, velha de muitas gerações, em que crianças transitam entre as casas de avós, madrinhas, vizinhas, e ‘pais verdadeiros’” (Idem). Outros estudos (Sarti, 1996; Motta-Maués, 2007; Serra, 2003) fornecem evidência da atualidade dessa prática.

Ao analisar a circulação de crianças sob a ótica dos fenômenos demográficos no Brasil, Serra (2003) aponta dados impressionantes sobre a circulação de crianças no Brasil no período de 1996 a 1999. Segundo ele, “os dados indicam um aumento na proporção e no

volume das crianças em circulação no período estudado, que passam de 3,1 milhões (6,5%) em 1996 para 3,3 milhões (7,1%) em 1999”, sendo as regiões Norte e Nordeste as que apresentam as maiores taxas de crianças em circulação. Serra destaca ainda que na região Norte os dados compreendem, principalmente, a população das zonas urbanas.

As questões propostas no questionário se destinaram a esclarecer se os entrevistados (aqueles que declararam ter filhos) já haviam colocado algum dos seus filhos em uma família substituta, isto é, não foi perguntado se o próprio entrevistado havia passado por esse processo. Dessa forma, os resultados obtidos nos gráficos 7 e 8 dizem respeito apenas a prole dos respondentes, não sendo estes últimos incluídos. Todavia, a conversa informal com moradores apresentaram dados pontuais, pois em várias ocasiões os entrevistados revelaram terem sido eles a criança a circular. Assim, a realidade extrapola os resultados obtidos exclusivamente por meio do questionário.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho apresentou como objetivo central realizar um levantamento dos arranjos familiares do bairro Mauzinho, buscando com isso compreender como se constituem estes arranjos, quais as suas características e particularidades, tendo em vista o contexto no qual se inserem. Para tanto, adotou-se a metodologia quantitativa e qualitativa e utilizou-se o questionário como principal instrumento de análise combinado à abordagem teórica fornecida pela literatura sobre famílias de grupos populares.

De modo geral, vimos que não existe um tipo-padrão de organização familiar no bairro popular pesquisado. A regra é, pois, a ausência de regra, ao menos no que diz respeito à estrutura do arranjo familiar. Nesse ponto, buscamos frisar que não nos cabe estabelecer critérios para analisar o lado bom ou o lado ruim, se é que se pode falar nesses termos. Não é tarefa de nossa disciplina receitar prognósticos e apontar diretrizes para o futuro. A tentativa aqui, longe disso, é de explicar como se dá a estrutura dos arranjos familiares desse grupo popular e tornar a compreensão disso mais amena, tendo a pretensão de com isso abrir espaço para o diálogo nos programas de intervenção. Para isso, no entanto, cabe a nós o esforço contínuo de nos afastarmos das pré-noções e buscarmos compreender esses arranjos a partir de suas próprias especificidades.

Por fim, espera-se que a pesquisa seja, antes de tudo, uma fonte de consulta capaz de contribuir para a compreensão e aceitação de outras realidades alternativas. A insistência

consiste no fato pensar os grupos populares como oriundos de um processo histórico específico, que possui características econômicas, culturais e políticas próprias, portanto, devem ser pensadas de acordo com sua particularidade.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERQUÓ, E. **A família no século XXI**. Ciência Hoje, vol. 10, n.58, out.1989:58-65.

BILAC, E. D. **Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares**. In: Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p. 43-61.

BRITO, L. **Família e parentesco: direito e antropologia**. Revista Discente DIREITO GV, v. 1, p. 76-92, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

FONSCECA, C. **Caminhos da adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 152p.

\_\_\_\_\_. **Introdução a Direito e Família**. In: Antônio Carlos de Souza Lima. (Org.). Antropologia & Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos. 1ª ed. Rio de Janeiro: LACED/ABA, 2012, v. 1, p. 460-477.

\_\_\_\_\_. **Olhares antropológicos sobre a família contemporânea**. In: Coleta Rinaldi Althoff, Ingrid Elsen, Rosane G. Nitschke. (Org.). Pesquisando a família: olhares contemporâneos. Florianópolis: Papa-livro Editora, 2004, p. 55-68.

\_\_\_\_\_. **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica**. Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 14, n. 2, p.50-59, maio-ago. 2005.

\_\_\_\_\_. **Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse**. Cadernos Pagu (UNICAMP), v. 26, p. 11-44, 2006.

\_\_\_\_\_. **Família e parentesco na Antropologia Brasileira Contemporânea**. In: Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: ANPOCS, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pais e filhos na família popular**. In: \_\_\_\_\_. D'INCAO, M. A. (Org.). Amor e família no Brasil. p. 95-128. São Paulo: Contexto, 1989. p. 95-128.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998

GOLDENBERG, M. **Por que somos infieis?** Insight Inteligência (Rio de Janeiro), v. 51, p. 74-84, 2010.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Mauzinho – Bairros de Manaus**. Amazônia de A a Z. Disponível em: <http://www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz/interna.php?id=508>. Acessado em 10 de Fev. 2014.

OLIVEIRA, J. **Manaus de 1920-1967. A cidade doce e dura em excesso.** Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/EDUA, 2003.

OLIVEIRA, J; COSTA, P. **Análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade.** Scripta Nova (Barcelona), v. XI, p. (30), 2007.

OLIVEIRA, R. C. **O Trabalho do Antropólogo.** 3 ed. São Paulo: UNESP, 2006.

SARTI, C. A. **O valor da família para os pobres.** Família em Processos Contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. SÃO PAULO: LOYOLA, 1995, V. , P. 131-159.

